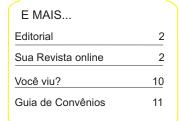


ÍNDICE





CAPA

Sintaj entrevista Dr Marcelo Brandão Juiz da Segunda Vara dos Juizados da Comarca de Lauro de Freitas, sobre a inovação com método de gravação das Audiências nas Unidades. Págs. 6 e 7

SINTAJ em Ação

Coordenadores do SINTAJ em visita

as Unidades no mês de julho. Pág. 5



Jurídico

Coordenador Geral do Sintaj fala sobre a luta do sindicato pela garantia dos direitos dos servidores do judiciário. Pág. 3 e 4



Bem Estar

Cleber Luz, Professor de ergonomia da UFBA, fala sobre trabalho e suas repercussões no corpo. Páos. 8 e 9

Editorial

Nesta primeira edição da revista SINTAJ, o nosso foco principal foi a saúde dos trabalhadores, em especial os servidores do judiciário Baiano e a atuação do sindicato na busca pela garantia dos seus direitos. Pensando assim, a matéria de capa desta edição, destaca a atuação do Juiz Dro Marcelo Brandão. Inovando, ele implantou o método de gravação das audiências nas Unidades e com isso vem possibilitando mudanças positivas para os digitadores.

Criar mais um meio de diálogo com o filiado é a nossa proposta. Nos mantendo mais próximo do nosso público, através de um impresso com matérias diferentes, destacando nossas atuações na capital e interior, além de publicações de colaboradores de diferentes áreas, os nossos convênios e matérias que foram destaque em nosso site durante o mês.

Sejam bem vindos! contamos com a sua participação nas sugestões, elogios e críticas das matérias publicadas, para construirmos juntos uma revista cada vez melhor e feita especialmente para você, nossos filiado!



Sua Revista Online

Diz aí

Entre em contato

Fale com a equipe da revista. Envie sugestões, críticas e dúvidas pelo e-mail: **comunicacao@sintaj.org** ou pelas redes sociais. Na mensagem informe seu nome e unidade. As mensagens são editadas, sem prejuízo do contéudo, para podermos publicá-las na próxima edição.



Participe através de nossos canais!

sintaj.org/informs Aqui você poderá acessar os conteúdos exclusivos e interativo, e, se preferir, ainda pode baixar a versão em pdf.

Ícones de acesso para a interatividade

Confira o vídeo

A versão digital da revista pode ser acessada no endereço:

Veja galeria

Contina o video

voja galeri

Confira o áudio

Acesse o site

Mande um e-mail para a imprensa

Envie carta





SINDICATO DOS SERVIDORES DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA Fundado em 23 de novembro de 1993

EXPEDIENTE Boletim Informativo SINTAJ & Você . Nº 1 . ano 1 . Julho de 2014 - Sede do SINTAJ: Rua do Cabral, 115 - Nazaré CEP: 40055-010, Salvador - Bahia. Tel/Fax: (71) 3242-5213 | 3242-3642 - E-mail: comunicacao@sintaj.org | www.sintaj.org

Coordenadoria Executiva: Antônio Jair - Coordenador Geral; Adriana Pondé - Comunicação e Imprensa; Manoel Leopoldo - Jurídico; Gabriel Pinto - Convênios; Ana Lúcia Penalva (Nanucha) - Aposentados; Dionízio Souza - Intersindical; Ana Lúcia Oliveira - ADM/Financeiro . Coodernação Editorial: Adriana Pondé . Projeto Gráfico, Diagramação e Capa: Kylyana Queiroz . Estagiário: Caique Oliveira . Fotografia: Adriana Pondé /Caique Oliveira . Colaboradores: Antônio Jair - Matéria do Jurídico . Cleber Luz Santos - Matéria do Bem Estar . Impressão: Muttigraf . Tiragem: 200 exemplares.

Jurídico O SINTAJ na busca pela garantia dos direitos dos servidores

Por Antônio Jair Coordenador Geral do SINTAJ

sindicalismo brasileiro, busca no seu histórico de lutas melhores condições de vida para a classe trabalhadora em todo o país. Ao longo da história somam-se vitórias e conquistas que vem mudando de forma lenta, porém irreversível, a participação da grande massa dos trabalhadores na construção da sociedade.

Porém, a despeito das conquistas alcançadas, não podemos deixar de mencionar os retrocessos advindos das manobras das classes econômicas minoritárias, monopolizadora do capital, que buscam minar toda e qualquer condição de manifestação das entidades da classe trabalhadora. Essa classe minoritária possui vínculos fortíssimos, estendendo o seu braço dominador em todas as atividades dirigidas pela iniciativa privada e estatal em toda a extensão do território brasileiro.

O Judiciário brasileiro, que inexoravelmente integra essa sistemática em análise, vem sofrendo com tais manobras, quando nos compeli a discutir nossos direitos na esfera judicial, se beneficiando da sua própria morosidade, trazendo retrocesso no campo político, que deveria ser neste Tribunal o principal instrumento de construção de um judiciário que atenda aos princípios básicos de justiça, para contemplar os anseios dos seus trabalhadores e sociedade beneficiária do sistema.

Na Unidade Federativa da Bahia, o SINTAJ vem atuando nas batalhas judiciais buscando garantir direitos administrativos e financeiros amparados por lei, porém sem a devida aplicação pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, entre os quais citamos alguns exemplos:

ABONO PERMANENTE

Ingressamos com ação na Vara de Fazenda Pública, requerendo a simples correção monetária desta vantagem pessoal, que se encontra com seu valor congelado desde a sua implantação, incluindo no pedido o pagamento do seu valor de forma retroativa ao ano de 2002. Esta ação encontra-se em fase de execução, já que foi proferida decisão em último grau no Supremo Tribunal Federal (STF), não cabendo mais recurso, somente restando ao TJBA o cumprimento da decisão judicial para o pagamento desta dívida com o servidor.

INDENIZAÇÃO DOS TRANSPORTES DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA.

O SINTAJ ingressou como terceiro interessado no processo interposto pela AOJUS-BA, em trâmite no CNJ, buscando contestar, através de critérios técnicos e objetivos, os cálculos equivocados do TJBA utilizados como parâmetro na regulamentação dos transportes dos oficiais de justiça para cumprimento dos mandados judiciais, publicada no Diário da Justica Eletrônico. Para atestar a veracidade da nossa contestação, emitimos um parecer através do DIEESE, que comprovam a insuficiência da indenização estipulada para o cumprimento dos mandados.



Jurídico

PROGRESSÃO FUNCIONAL.

O SINTAJ ingressou no dia 04 de abril de 2014, com Ação Declaratória Cumulada Com Ação de Cobrança na 6ª Vara da Fazenda Pública, requerendo através desta ação, a correção da defasagem na elevação dos padrões de todos os servidores do TJBA pelos critérios de merecimento e antiguidade, assim como também requeremos a imediata avaliação de responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação - CPA. Esta ação tem o escopo de garantir o cumprimento da Regulamentação da Progressão dos Servidores, nº 01 de 20 de fevereiro de 2013. Publicado pelo sindicato em informes anteriores, até a presente data o TJBA não autorizou a Diretoria de Recursos Humanos a proceder ao reenquadramento de todos os servidores conforme Art. 12, § 2º, anexo III da Resolução, nem corrigiu também, automaticamente, os níveis de escolaridade daqueles que tem em seu prontuário suas atividades curriculares. Vale ressaltar que o descumprimento da resolução, no que se refere ao reenquadramento automático e avaliação de desempenho, gerou também perda salarial em razão da falta de elevação em alguns níveis de progressão na tabela da Lei 11.170/2008, o que levou o SINTAJ a ingressar com pedido administrativo, requerendo o pagamento do retroativo dos níveis devidos, evitando a prescrição de mais este direito.

CORREÇÃO MONETÁRIA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

Mais uma ação judicial ingressada pelo SINTAJ buscando para o servidor o ressarcimento do prejuízo causado pelo TJBA, prejuízo este demonstrado em um parecer técnico solicitado ao DIEESE, que foi juntado nos autos do processo. Independente desta ação judicial, o SINTAJ vem tentando politicamente garantir mais este direito para todos os servidores deste Tribunal, tendo em vista a morosidade nas tramitações processuais.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA,

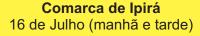
ingressada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em 01 de agosto de 2012, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), requerendo a extinção do SINTAJ. Atentando contra o Direito Constitucional de livre escolha de representação sindical, o TJBA ingressa com esta ação na Justiça Federal, requerendo liminarmente o encerramento das nossas atividades. A justiça Federal julgou-se incompetente nesta ação, remetendo os autos do processo para julgamento na Justiça do Trabalho.

Como alternativa para tentar reverter esse panorama, as entidades nacionais buscam através de um esforço conjunto a regulamentação da convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho, que tem o escopo de regulamentar as relações de trabalho no serviço público e na administração pública de uma forma mais democrática. O momento é oportuno e histórico para que possamos sedimentar princípios e direitos fundamentais no trabalho, a partir dos direitos de liberdade sindical e negociação coletiva.



Coordenadores do **SINTAJ** em visita às Unidades no mês de julho

Comarca de Irecê 15 de Julho (manhã)









Comarca de Itaberaba 17 de Julho (manhã)

Comarca de Santo Estévão 17 de Julho (manhã)





No próximo mês, os coordenadores estarão visitando as Unidades abaixo*:

Jacobina e Senhor do Bonfim 13 a 15/08

> Vitória da Conquista Itapetinga e Brumado 18 a 21/08

> Porto Seguro Eunápolis, Itamaraju e Texeira de Freitas 25 a 29/08

*Datas e locais, sujeitos a alterações pela coordenadoria.

Comarca de Lauro de Freitas 25 de Julho (manhã e tarde)





Confira fotos das visitas anteriores no facebook sintaj.sindicato

Trabalho, saúde e Consciência Social

Utilizando a criatividade em benefício dos servidores dos Juizados Especiais

Marcelo Brandão é Juiz da segunda vara do Sistema dos Juizados da Comarca de Lauro de Freitas e grava as audiências que faz, tornando-as mais ágeis. A ideia decorreu da necessidade de diminuir o tempo gasto nas audiências, tendo em vista a demora desse processo em seu formato tradicional. Com essa iniciativa, além de facilitar o próprio trabalho, também contribui para o bem estar dos digitadores, que por conta do desgaste da função acabam sofrendo com algumas doenças ocupacionais.

Acompanhe a entrevista na íntegra:

Como surgiu a ideia de gravar as audiências?

A ideia de gravar audiências surgiu para captar o áudio durante a discussão e decorreu de uma necessidade prática. Gastava-se muito tempo com a audiência em seu formato digitalizado, porque o técnico que estava ao lado do magistrado tinha que reduzir a termo. Foi pensado em como reduzir o tempo das audiências de modo que fosse amparado pela lei 9.099/95 (lei federal dos juizados) que permite essa informalidade na produção dos atos processuais. Então, se somou o permissivo legal com a necessidade. Assim, faltava apenas o aparato técnico para colocar a ideia em prática.

O senhor disse que a lei 9.099/95 prevê a questão da informalidade, mas ela fala especificamente sobre a questão da gravação?

No artigo 13: "Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão."

Isso é uma autorização desde a origem da 9.099/95, mas no nosso caso temos a vantagem de gravar e conservar o material.

E como foi conseguido o aparato técnico necessário?

Foi feito uma pesquisa junto ao tribunal no serviço de sonorização. Conseguimos os equipamentos necessários para isso, e os primeiros testes foram feitos inicialmente nos juizados do bairro de Brotas, depois sendo transferido para a FTC e lá, tive a grata surpresa de encontrar o Dr. Justino, na época Coordenador dos Juizados, onde apresentei a ele a idéia e o mesmo aperfeiçoou. Então, conseguimos ter equipamentos mais evoluídos. Logo após vim para Lauro de Freitas com esses equipamentos novos que já haviam sido cedidos.

Então todos os equipamentos foram cedidos pelo tribunal?

Sim. Todos.

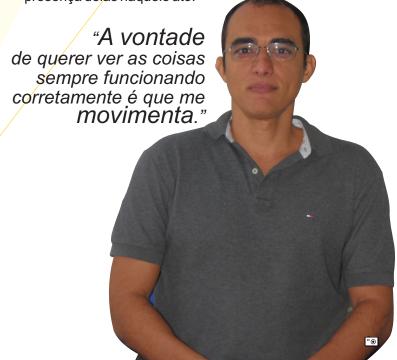
A utilização desses equipamentos interferiu no tempo das audiências?

Agora não gastamos mais tanto tempo com as audiências, pois elas são rápidas, e de quarenta e cinco minutos reduzimos para meia hora, às vezes vinte minutos.

Houve um ganho considerável de tempo na realização das audiências, economia de papel e etc. Agregando a isso, acrescentei a possibilidade de não mais imprimir. Não uso mais impressora, nem scanner nas audiências.

Em que momento os documentos apresentados pelas partes são juntados no processo?

As partes quando chegam para juntar os documentos necessários à instrução fazem isso antes ou depois, mas nunca durante a mesma. Então, houve ganho de tempo e não há assinatura de termo, pois o próprio registro da voz das partes no áudio captado já dá autenticidade da presença delas naquele ato.



Elas apenas sentam, falam e vão embora. E mais! Tudo é lançado diretamente no PROJUDI, no formato mp3 como um documento, logo, a parte pode ter todo o arquivo para saber a partir dele o que ocorreu na audiência que é gravada de maneira contínua até o final.

*Nós estamos a algum tempo em Lauro de Freitas com esse formato mais evoluído e só há vantagens. Recomendo que se reproduza para outros lugares.

Sendo assim, as partes não saem da audiência com nenhum tipo de documento?

Sim, eles levam a senha e o login. Geralmente até perguntam "doutor, não vamos levar nenhum papel?" (risos)

Oriento a olharem o processo no site com o login e a senha, caso não tenha basta ir até o supervisor e solicitálos.

Acontece da mesma forma tendo sentença ou não proferida em audiência?

No caso das sentenças só naquelas que eu profiro. O juiz leigo ainda tem que fazer a sentença por escrito, mas muitas vezes dou sentença verbal e só reduzo a termo o dispositivo da sentença.

Nos casos que tenham alguma jurisprudência já definida e eu já sei o que será decidido, dou a decisão na audiência oralmente e reproduzo apenas o dispositivo no termo.

E as partes já saem intimadas?

Sim.

Houve alguma resistência por parte dos advogados?

Como tudo que é novo, há sempre uma resistência inicial. Tive uma dificuldade ou outra lá no inicio, em Brotas ou na FTC, mas nada que pudesse comprometer a idéia. Aqui em Lauro de Freitas, talvez por já conhecerem o meu trabalho, a idéia foi aceita sem sobressaltos.

Como foi a receptividade dos digitadores?

Eles se adaptaram ao sistema, porque muitas vezes os técnicos tinham resistência de ir fazer as audiências por serem cansativas e provocavam até problemas de saúde. Era uma dificuldade conseguir técnicos, então era feito sorteio e um vinha.

Depois que foram criadas as audiências gravadas tudo melhorou. Não precisou mais fazer sorteios, pois eles vinham, já que diminuiu muito o esforço que faziam antes, então houve uma aceitação muito boa. (risos)

Eles ficam coordenando a gravação?

Ficavam, porque agora o juiz aprendeu e já faz sozinho, sem perder tempo.

Nas audiências de instrução não precisamos mais de suporte, ou seja, nós também conseguimos tirar o técnico da sala de audiências que agora pode ser mais aproveitado na secretaria. A única coisa que fazemos é ligar e desligar o áudio.

"Temos que investir muito na questão das **PESSOAS**, não só da tecnologia."

Dr Marcelo Brandão

Como o senhor vê a modernização do judiciário?

Tenho a impressão de que isso decorre da revolução tecnológica, porque a tecnologia vai permitindo que você tenha acesso a situações e coisas que antes não teria, especialmente a comunicação entre as pessoas, porque tudo me parece uma questão de relação. Se você facilita a relação entre as pessoas de uma maneira muito eficiente, você necessariamente tem que progredir.

Hoje você consegue mandar informação em tempo real, então resolvemos as coisas com muito mais facilidade, logo, esse tipo de revolução tem que ocorrer também na justiça que não deve ficar fora disso, ela deve acompanhar. A justiça tem melhorado muito por conta da tecnologia e está cada vez mais acessível para as pessoas, assim a resposta do estado para elas será bem mais rápida.

O que o motiva a estar sempre inovando?

A idéia de que você pode sempre fazer melhor o que faz. Não se acomodar e estar sempre querendo aperfeiçoar as coisas.

Tenho dentro de mim esse impulso de querer estar sempre melhorando e não me contento. Eu acho que se formos fazer alguma coisa e ela se tornar um pouco repetitiva, então está na hora de melhorar. A vontade de querer ver as coisas sempre funcionando corretamente é que me movimenta.

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Embora nós tenhamos uma justiça que está se aperfeiçoando cada vez mais, não podemos apenas relacionar as mudanças significativas à tecnologia, especialmente também o engajamento das pessoas que atuam no poder judiciário, de modo que assim possa compreender essa nova mudança de paradigma e ficarem mais motivados às mudanças.

"Essa ideia é perfeita para a gente, porque tirar a digitação que tomava muito tempo e nos trazia problemas de saúde melhorou o nosso serviço interno." (Karlos Thiago, digitador)

"A audiência gravada facilita o trabalho, pois o maior estresse do digitador são as audiências de instrução, que agora com as gravações foram simplificadas."

(Daniela Almeida, digitadora)

Bem Estar

Trabalho e suas repercussões no corpo

Cleber Luz Santos
Fisioterapeuta e ergonomista
Professor de ergonomia da UFBA

Quem nunca ouviu estas frases: Minhas costas estão me matando! Não consigo achar uma posição confortável nesta cadeira! Começo bem o dia, mas termino cheio de dor! No ambiente de trabalho elas são mais comuns do que nós imaginamos e geralmente estão associadas ao estresse, excesso de trabalho e má distribuição do layout da estação de trabalho¹. Quando culminam em uma doença, são chamadas de lesões por esforços repetitivos (LER) ou doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho (DORT). Cerca de 50,4% das doenças do trabalho registradas na Previdência Social da Bahia em 2010 e 2011 foram LER/DORT, segundo o Centro de estudos em saúde do trabalhador da Secretaria de saúde da Bahia (CESAT)². Estes elevados índices estão diretamente ligados alta competitividade do mercado e ao estilo de vida sedentário do trabalhador. Podemos afirmar que a população está trabalhando mais e cuidando menos da sua saúde. Num artigo publicado pela *Obesity Reviews* em julho de 2014, revista de grande impacto no meio acadêmico, foi demonstrado que o excesso de horas ao computador aumenta o risco de obesidade e diabetes tipo 2, mas, pequenos intervalos nas jornadas de trabalho podem amenizar este efeito³. Outro dado interessante se refere a associação entre dor no pescoço e uso excessivo do computador, cujo mulheres de 35-49 anos, residente nas áreas urbanas, com alta renda e jornada dupla de trabalho estão mais vulneráveis⁴. As doenças ocupacionais podem ser consideradas um problema de saúde pública e as intervenções devem ser pensadas e planejadas de forma sistematizada a longo prazo.

Políticas de controle e acompanhamento já estão em andamento tanto a nível federal, estadual e municipal, na Bahia podemos destacar o Centro de estudos na Saúde do trabalhador (CESAT) vinculado à SESAB que atua na vigilância epidemiológica e na elaboração de políticas de prevenção às doenças ocupacionais. Outra frente de combate

corresponde às ações internas das empresas. Considero este campo o mais efetivo na minimização dos riscos ocupacionais e também o mais difícil de ser executado. A primeira barreira é a conscientização da importância da prevenção, pois, poucas empresas atuam de forma proativa, geralmente agem reativamente quando percebem altos índices de LER/DORT, absenteísmos, afastamentos e perda da produtividade. O segundo obstáculo é o baixo investimento em melhorias na qualidade de vida do trabalhador. Poucas empresas instituem os núcleos de qualidade de vida, comumente deixam esta função a cargo do setor de recursos humanos ou do serviço de medicina do trabalho, que não estão adaptados para exercer esta função. Diante desta nova demanda, os setores lançam mão de ações de curto prazo e isoladas que pontualmente podem gerar algum benefício, mas no longo prazo não melhoram efetivamente a qualidade de vida do trábalhador.





Como exemplo posso citar a distribuição de folhetos com desenho sobre postura certa e errada e palestras motivacionais na semana de saúde da empresa que pouco contribuem se não estiverem incorporadas ao programa de controle e prevenção de doenças ocupacionais.

Nesta visão, a resolução dos problemas de saúde da empresa é de responsabilidade de todos e cada um deverá contribuir para melhorá-la. Baseado neste modelo, venho colaborando com diversas empresas a mais de cinco anos. As estratégias devem ser direcionadas para as necessidades e gerenciadas de forma integrada, envolvendo os funcionários e a direção. Uma pergunta que costumeiramente



costumeiramente surge quando falo sobre isto é: Como implanto isto no meu local de trabalho? Como ergonomista trago sugestões e dicas que podem ser úteis na implantação desta ação. As comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA) ou órgão semelhante podem dar o primeiro pontapé neste sentido, pois, cabe a esta comissão estimular, promover e favorecer ações que melhorem as condições de trabalho. A primeira dica é fazer um levantamento de pessoas com dores musculares, LER/DORT, afastamentos e consultas médicas. Estas informações podem ser obtidas no setor de medicina do trabalho. A segunda dica é ouvir os funcionários, entrevistá-los questionando sobre a sua satisfação no trabalho, quais regiões do corpo incomodam e o que poderia ser feito para melhorar. Considero esta fase a mais importante, sem isto, corremos o risco de naufragarmos antes de embarcarmos.

Geralmente os funcionários nos apontam os problemas e muitas vezes nos dão a solução. Somente após este contato deve ser implantada qualquer intervenção. Existem diversas formas de intervir, algumas no ambiente como a reorganização do layout do posto de trabalho e troca do mobiliário, outras organizacionais como redistribuição das tarefas e pausas e outras relacionadas com os funcionários como ginástica laboral, orientações posturais e massoterapia. O que deve ser priorizado independentemente do local é o caráter educativo da intervenção. Todo ambiente de trabalho deve respirar saúde e a cultura da prevenção deve fazer parte do dia-a-dia. Portanto, qualquer estratégia para melhoria da qualidade de vida do trabalhador deve ser previamente planejada e articulada com os diversos setores da empresa para que todos se empenhem em conquistar um nível de conforto laboral compatível com uma vida social e profissional produtiva, sem dor, fadiga, estresse e doenças.

Referências

- 1. Ghoussoub K, Kreichati G, Kreidi M, Ghoussoub MS, Śleilaty G, Rizk R. [Predictors of osteoarticular problems in a cohort of computer users in Lebanon: about 810 employees]. J Med Liban Leban Med J. setembro de 2013;61(3):1619.
- 2. Angelim M, Andrade AG, Bulcao CM, Mota, EM, Neves RF.Programa de reabilitação de trabalhadores com LER/DORT do Cesat/Bahia: ativador de mudanças na Saúde do Trabalhador. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 35 (121): 112-121, 2010.
- 3. Neuhaus M, Eakin EG, Straker L, Owen N, Dunstan DW, Reid N, et al. Reducing occupational sedentary time: a systematic review and meta-analysis of evidence on activity-permissive workstations. Obes Rev Off J Int Assoc Study Obes. 11 de julho de 2014:
- 4. Hoy DG, Protani M, De R, Buchbinder R. The epidemiology of neck pain. Best Pract Res Clin Rheumatol. dezembro de 2010;24(6):78392.

Notícias e informações



Mesa de Articulação discute realização de seminário sobre problemas do Judiciário baiano

A Mesa Permanente de Articulações do Poder Judiciário da Bahia discute nesta quinta-feira (31) os temas que serão abordados no seminário "Problemas e Soluções para o Judiciário Baiano", que ocorrerá em Salvador. A Mesa de Articulações é uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB-BA), que tem como objetivo diagnosticar problemas e propor soluções para a melhoria da prestação jurisdicional no estado. Estarão presentes à reunião representantes da OAB da Bahia, do Tribunal de Justiça da Bahia, Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), Ministério Público da Bahia (MP-BA), Associação dos Membros do Ministério Público (Ampeb), Defensoria Pública, Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (Adep-BA), Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sintaj) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud). O evento acontece no Sheraton Hotel da Bahia.

Imprensa/Bahia Notícias



SINTAJ esclarece matéria divulgada no site do

A coordenadoria executiva do SINTAJ vem esclarecer a notícia divulgada no site do TJBA no dia 22/07, informando que "servidores recebem reajuste de 20% nos salários de julho", contudo, o que ocorreu foi a implementação do PCS que representa 20% do redutor e não reajuste no salário dos servidores. O reajuste que houve foi o linear de 3,84%.

sindicato FORTE, servidor RESPEITADO!





Pauta de reivindicações é discutida com Chefia de gabinete e RH

Na última quinta feira (03) a coordenadoria executiva do SINTAJ reuniu-se com o chefe de gabinete Dr. Augusto Cesar e a diretora do RH Janaina Castro para discutirem a pauta de reivindicações 2014, no cumprimento do compromisso firmado pelo presidente do TJBA Des. Eserval Rocha, na ocasião do ato ocorrido no dia 06/06. Entre os pontos apresentados estavam:

- A extensão da vantagem pessoal (antiga GEE) aos servidores que não a recebem está em estudo conjunto, o mecanismo jurídico que poderá ser utilizado, de forma que não fira a legislação em vigor.
- · A correção monetária da tabela do PCS deu-se inicio a discussão para maior compreensão e cálculos para o efetivo cumprimento.
- · Progressão funcional será iniciada a negociação após correção da tabela para que o retroativo seja calculado de forma correta.

STF suspende turnão no TJ da Bahia a pedido da OAB

O presidente Luiz Viana comemorou a decisão: "O acesso à Justiça é direito fundamental. Prevaleceu a voz constitucional dos cidadãos".

O ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu nesta quarta-feira (06) o pedido liminar da Ordem dos Advogados do Brasil para que seja mantido, sem qualquer redução ou alteração, o horário de atendimento ao público no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia das 8h às 18h. A decisão suspende o 'turnão', o turno único de trabalho as 8h às 15h no âmbito do Poder Judiciário na Bahia, aprovado pela Corte baiana no dia 23 de julho.

O presidente da OAB da Bahia, Luiz Viana, comemorou a decisão. "O acesso à Justiça é direito fundamental. Prevaleceu a voz constitucional dos cidadãos", afirmou. No dia seguinte à deliberação do TJBA, a OAB-BA já havia reafirmado em nota pública a sua posição contrária à implantação do 'turnão', por considerar a medida "inconveniente à advocacia, aos jurisdicionados e à própria cidadania".

Guia de Convênios

Aqui você encontra um guia rápido dos nossos convênios.

Sugestões de novos convênios, críticas e dúvidas entre em contato pelo e-mail: convenios@sintaj.org

Saúde















71 3326-2756







Um clube de vantagens e descontos com mais de 700 empresas credenciadas



Educação



15% de desconto.



10% de desconto.





















UNIVERSO 20% a 30% de desconto 71 2201-4740



8% para depende







10% de desconto 71 3381-4487



Nazaré - Salvador/BA 73 3498-4008 15%



71 4009-2840



71 3017-3992 / 3014-1910 . Mato Grosso, 372, Pituba 20% desconto



25% de desconto 71 3111-9000 71 3309-7810









71 2106-3938







Outros























Cartão de descontos SINTAJ



Um clube de vantagens e descontos com mais de 700 empresas credenciadas



Peça já o cartão dos seus dependentes*

*Consulte condições com o setor de convênios do SINTAJ



sindicato FORTE, servidor RESPEITADO! www.sintaj.org